



EDITORIAL

Empresas criam mais problemas para os trabalhadores

A diretoria do Sindividro está às voltas com algumas empresas que ainda não pagaram a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para seus funcionários. Além de não pagar, não deram a menor satisfação se e quando irão efetuar o pagamento. Desrespeito é pouco para qualificar este comportamento.

E os problemas criados pelas empresas não param por aí. Informações obtidas pelos dirigentes sindicais dão conta de que os trabalhadores estão encontrando dificuldades para sacar o abono do PIS (equivalente a um salário mínimo), porque seus patrões não enviaram corretamente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Mudanças na lei do PIS introduziram o pagamento proporcional aos meses trabalhados no ano-base. Ou seja, se um alguém trabalhou seis meses e recebeu até dois salários mínimos em 2015, que é ano-base

que está sendo pago atualmente, vai receber um abono proporcional a este período. Mas, foram registrados casos de trabalhadores que, mesmo tendo trabalhado o ano inteiro, também receberam de forma proporcional.

Será que as empresas não enviaram a RAIS corretamente? Como isto é possível, se o envio das informações é feito eletronicamente direto na Receita Federal? Este procedimento não permite o envio de informações pela metade. Ou se envia a totalidade dos dados ou não se envia nada. Agora, como as empresas conseguiram esta proeza é que é o mistério.

A falta da RAIS também dificulta e até bloqueia o recebimento do seguro-desemprego. Já tivemos casos de trabalhadores que receberam somente a primeira parcela e tiveram as demais bloqueadas. E continuam até agora.

Quando se trata de “dar um chapeú” nos direitos dos trabalhadores, a criatividade das empresas não tem limites. Isto obriga a diretoria do Sindividro a fazer marcação cerrado, não dar a mínima chance e cobrar insistentemente.

A entidade sindical não deseja “quebrar” as empresas. Pelo contrário, ao exigir que elas respeitem e cumpram os direitos trabalhistas, estamos apenas garantindo as condições para que todos se disponham a trabalhar com afinco.

A Diretoria do Sindividro

Pagamento do PIS

Termina no 30 de junho o prazo para sacar os rendimentos ou o abono salarial (equivalente a um salário mínimo) do PIS, do ano ano-base 2015. Vale lembrar que a lei mudou e foi introduzido o pagamento proporcional. Ou seja, se você trabalhou, por exemplo, seis meses no ano-base e recebeu até dois salários mínimos, receberá um abono de 6/12 avos.

Para ter de receber o abono ou os rendimentos do PIS, o trabalhador precisa: ter sido declarado na RAIS/2016 da empresa em que trabalhou; estar cadastrado no PIS há 5 anos ou mais; não ter recebido mais do que dois salários mínimos por mês durante o ano-base (2015) e ter trabalhado por pelo menos 30 dias consecutivos no ano-base.

Contas inativas do FGTS

A Caixa Econômica Federal liberou no último dia 10 de junho, sábado, o dinheiro das contas inativas do FGTS para os trabalhadores nascidos em setembro, outubro e novembro. Para quem nasceu em dezembro, a liberação a partir de 14 de julho.

Confira abaixo as datas restantes.

TRABALHADORES NASCIDOS EM:	ABERTURA DO CALENDÁRIO:
Setembro, outubro e novembro	10 de junho
Dezembro	14 de julho

FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!

Câmara autoriza governo a resgatar atrasados do INSS

Projeto de lei aprovado permite que governo pegue de volta R\$ 8,6 bilhões não sacados

A Câmara dos Deputados aprovou no último dia 13 de junho projeto de lei proposto pelo governo federal que autoriza o resgate de atrasados que não foram sacados pelos beneficiários. A equipe econômica de Michel Temer (PMDB) espera que a medida gere uma receita extra de R\$ 8,6 bilhões.

O governo quer pegar de volta a grana de precatórios e RPVs (Requisições de Pequenos Valores) pagos a 493 mil credores há mais de dois anos e que ainda não foram sacados. Esta medida afeta, por

exemplo, segurados do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) que conseguiram revisões ou concessões de benefícios na Justiça.

A proposta aprovada na Câmara dos Deputados segue agora para o Senado. A medida não cancela definitivamente o direito de o credor receber a grana. Mas, se o atrasado for confiscado pelo governo, o credor terá que pedir, na Justiça, a expedição de um novo precatório ou de nova RPV em seu nome. Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, áreas

atendidas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, há mais de 54 mil segurados do INSS com R\$ 254 milhões em atrasados não sacados.

No caso de um pedido de revisão de benefício, demora tanto para sair uma decisão, que, infelizmente, o segurado morre sem receber o dinheiro. Neste caso, nem sempre os familiares têm conhecimento desse dinheiro. Resultado: a grana fica lá eternamente. Agora, não ficará mais, pois, depois de dois anos, o governo vai pegar de volta.

Mesmo desmoralizado, Senado avança com Reforma Trabalhista

O projeto de Reforma Trabalhista (PLC 38) continua a tramitar no Senado, mesmo com a Casa desmoralizada e inerte diante da exigência do Supremo Tribunal Federal (STF) de afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG), flagrado em escutas que o mostrariam tentando obstruir a Justiça, segundo denúncia da Procuradoria Geral Da República (PGR). Acovardado, mas sem condição moral e política de questionar a decisão do STF, o Senado apenas empurra para a frente a decisão sobre o mandato de Aécio Neves.

Apesar de desmoralizados, entretanto, os senadores que se articulam em torno do governo golpista fizeram andar a Reforma Trabalhista na terça-feira, 13 de junho. O projeto teve sua leitura realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), repetindo o roteiro que ocorreu



na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): a leitura de um “não relatório”, enquanto à oposição restou denunciar a situação absurda por meio da apresentação de votos em separado. A previsão entre os parlamentares é de que a votação ocorra na CCJ na semana que vem.

Assim como já havia acontecido na CAE, o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), abriu mão de legislar. Mesmo apontando problemas no texto, desconside-

rou todas as emendas apresentadas – quase 200. Apenas fez “sugestões” de vetos para a Presidência da República. Tudo para evitar que o projeto retorne à Câmara. “Nenhum dispositivo constitucional é ofendido”, afirmou o senador tucano, para quem falar em ataque a direitos é uma “falsa tese”.

“Não criará um emprego. Aumentará o desemprego. E todos nós sabemos disso”, reagiu o senador Paulo Paim (PT-RS), que durante quase 4 horas fez a leitura de seu voto em separado. Ele considera o projeto um “atentado ao combate à pobreza e à desigualdade social”. E um retrocesso em relação a direitos incluídos na Constituição aprovada em 1988. “O Centrão (bloco conservador atuante na Constituinte) virou um lambari diante do tubarão da ganância do Congresso atual.”